

A Marcha para Oeste e os intelectuais em Mato Grosso: política e identidade

MAURILIO DANTIELLY CALONGA*

126

Resumo: A Marcha para Oeste foi lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia. Em Mato Grosso, o projeto se caracterizou por duas vias: primeiramente a expansão econômica da região, com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais; seguidamente o discurso de pertencimento nacional, expresso nas diretrizes ideológicas do Estado Novo (1937-1945). Os planos de Getúlio Vargas em terras mato-grossenses coadunavam-se com a ideia de desmistificar o mito selvagem do lugar, especialmente no tocante às propostas dos intelectuais vinculados ao Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT). A elaboração e a consolidação da memória local constituíam-se como funções primordiais do Instituto Histórico Mato-grossense. Desse modo, seus intelectuais buscavam construir uma identidade que rompesse definitivamente com a visão “atrasada” e “bárbara” dada à região desde o século XVIII, passando a combater essas imagens e a aspirar ao progresso e ao desenvolvimento do Estado, através de seu pertencimento à nação brasileira. Nesse sentido, a integração de Mato Grosso ao Estado Nacional, por meio da Marcha para Oeste, representava a concretização desses esforços. A proposta deste texto é observar se a concepção de Marcha para Oeste promovida pelo Estado Novo respondeu a esses anseios, analisando como o discurso desenvolvimentista e integrador desse movimento fortaleceu a ideologia modernizadora em Mato Grosso, pretendida pelos intelectuais do IHMT.

Palavras-chaves: Cultura política; Estado Novo; Instituto Histórico de Mato Grosso; Elite intelectual; Elite política.

Abstract: The March to the West was officially launched in 1938, with the proposal to colonize the lands of the Midwest to the Amazon. In Mato Grosso, the project was characterized in two ways: first economic expansion in the region, with the creation of the National Agricultural Colonies; then the national belonging of speech, expressed in ideological guidelines of the Estado Novo (1937-1945). The Getúlio Vargas plans in Mato Grosso was in consonance up with the idea to demystify the myth wild place, especially on the proposals of intellectuals linked to the Mato Grosso Institute of History. The development and consolidation of local memory constituted themselves as the primary functions of the Institute Mato Grosso History. Thus, their intellectual sought to build an identity that definitely broke with the vision "backward" and "barbaric" given to the region since the eighteenth century, starting to combat these images and to aspire to the progress and development of the State, through its membership the Brazilian nation. In this sense, the integration of Mato Grosso the national government, through the March to the West, represented the realization of these efforts. The purpose of this text is to look at the design of March to West promoted by the Estado Novo responded to these concerns, analyzing how the developmental and integrative discourse of this movement strengthened the modernizing ideology in Mato Grosso, desired by intellectuals of Mato Grosso Institute of History.

Key words: Political culture; Estado Novo; Mato Grosso History Institute; Intellectual elite; Political elite.



* MAURILIO DANTIELLY CALONGA é Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).



Primeira sede administrativa da Colônia Agrícola Nacional de Dourados-sul do antigo Mato Grosso.

Fonte: Álbum dos Aguirre. Disponível em <http://www.progresso.com.br/especiais/edicoes-especiais/vargas-reforca-marcha-para-o-oeste>

A Marcha para Oeste foi lançada oficialmente em 1938, com a proposta de colonizar as terras da região Centro-Oeste até a Amazônia. O projeto governamental incluía a construção de escolas, hospitais, estradas, ferrovias e aeroportos no interior do Brasil, com o objetivo de integrar e consolidar a nação, de acordo com as diretrizes ideológicas do Estado Novo (1937-1945). Além disso, incorporou aspectos simbólicos, como a ideia de reserva de brasilidade, presente na dicotomia sertão/litoral. Sobre isso, Lucia Lippi Oliveira ponderou:

A busca da conquista do Oeste é apresentada como realização de um destino: juntar o litoral e o sertão, juntar o corpo e a alma da nação. A conquista do território, a expansão para o interior, é o destino que as elites litorâneas devem assumir. É preciso integrar homem e território, realizar um tipo de “imperialismo

interno”, cujo exemplo maior foi Rondon. (OLIVEIRA, 2008, p.16)

O confronto entre o sertão, reserva de brasilidade, e o litoral, porta de entrada das ideias corruptoras da nacionalidade, vindas principalmente da Europa, tornou-se temática frequente no debate político e intelectual da época. O reconhecimento por parte dos intelectuais ligados ao Estado Novo da importância do domínio espacial do território como elemento constitutivo de identidade nacional impulsionou o projeto da Marcha para Oeste. A ocupação de áreas até então escassamente povoadas tornou-se o eixo central das políticas de integração, não obstante, o desafio de construir uma nacionalidade em meio à diversidade. Buscou-se, assim, desenvolver uma política que classificasse os tipos humanos nos espaços geográficos, visando não só uma integração dos povos

com o território, mas também um caminho possível para se pensar a unidade nacional. (GALVÃO, 2011)

Segundo a perspectiva política do presidente Getúlio Vargas, a estagnação econômica do oeste brasileiro explicava-se tanto por fatores humanos quanto pela existência de barreiras naturais. A incorporação desses territórios, através da Marcha para Oeste, pretendia proporcionar um impulso no desenvolvimento do nacionalismo, na medida em que incentivava o fascínio pelo nosso habitat e pela exuberância da nossa natureza. Assim, visando uma maior integração nacional, os potenciais naturais e humanos do sertão não poderiam ser mais desperdiçados, entendidos como fundamentais para a garantia da prosperidade da nação (GALVÃO, 2011). Portanto, para Getúlio Vargas:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial. (VARGAS, 1938, p.124)

O programa contou com a colaboração intelectual de Cassiano Ricardo¹, por meio da publicação *Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação*

¹ Poeta, crítico, ensaísta, historiador, jornalista e advogado. Eleito em 1937 para a Academia Brasileira de Letras, ocupou, durante o Estado Novo, diversos postos importantes, dirigindo o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo, o Departamento Cultural da Rádio Nacional e o jornal *A Manhã*, porta-voz do governo. Cf.

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/cassiano_ricardo. Acesso em: 15/12/2014.

social e política do Brasil, editada em 1940. Na obra, o autor realiza uma síntese de seu pensamento a respeito das origens do Estado e da nação brasileira, descrevendo a saga bandeirante que, penetrando o inóspito sertão nos séculos XVI e XVII, deu início à formação social do Brasil, calcada na hierarquia de raças, no comando forte e na harmonia do convívio entre as etnias (democracia racial). A história do Brasil é contada desde as bandeiras, passando pela industrialização de São Paulo e avançando para a proposta de conquista do oeste no governo do presidente Getúlio Vargas. (CASSIANO, 2002)

Este seria o “sentido bandeirante” instaurado pelo novo regime. Desse modo, o Estado Novo, como refundador destas bandeiras, após séculos, daria conta de seu destino final: a conquista e o espaçamento do próprio território a partir de um “espírito unitário”, pois só assim o Brasil se veria livre de povos estrangeiros que poderiam se apoderar dos grandes espaços vazios do país. No entanto, Cassiano Ricardo faz mais do que defender o Estado Novo. Ele procurou, sobretudo, definir a missão deste “governo forte” e o papel que os intelectuais deveriam assumir em seu interior. (CASSIANO, 2002)

Conforme Mônica Velloso, com o Estado Novo os intelectuais tiveram apoio moral e material para o seu trabalho, devido à coincidência de interesses implementada pelo Estado e os anseios dos intelectuais, baseado no reconhecimento dos “bons propósitos” do governo e na ação dos ilustrados na política nacional. Neste contexto, segundo a autora, “os intelectuais passaram a desempenhar papel vital na “nova ordem” [...] enquanto porta-vozes dos verdadeiros anseios da sociedade, corporificam e dão forma ao “subconsciente coletivo”” (VELLOSO, 1982, p.93). Deste modo, a política

brasileira oferecia aos intelectuais elementos para reflexão e dava-lhes a chance de participar diretamente do processo político, apresentando propostas capazes de se traduzirem em ação governamental, estabelecendo a união entre a inteligência e o Estado.

Um dos espaços onde a intelectualidade melhor soube expressar o seu apoio ao novo regime foi a revista *Cultura Política*. Para a historiadora Mônica Velloso, os intelectuais ligados à revista tinham a função de atualizar o discurso oficial estado novista, justificando a política nacionalista e intervencionista do governo (VELLOSO, 1982). A revista tinha como interlocutores alguns intelectuais de grande projeção na época, como Almir de Andrade, Azevedo Amaral, Francisco Campos, Lourival Fontes, Nelson Werneck Sodré e Gilberto Freyre. O público alvo eram as elites intelectuais, que estavam mais voltadas para as análises políticas, econômicas e sociais do Estado brasileiro expostas nas páginas do impresso. Sua proposta central era constituir-se em um centro de estudos brasileiros voltado para a definição e o esclarecimento do rumo das transformações políticas e sociais pelas quais o país passava. O cunho oficial que a revista possuía, por ser editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), oferecia aos intelectuais a oportunidade de participar da legitimação do regime e de sua formulação doutrinária. (SCHWAB, 2009)

Em Mato Grosso, os intelectuais desempenhavam outro papel nesta época, voltando suas atenções para a elaboração e a consolidação de uma memória local, na qual se buscava construir uma identidade regional que rompesse definitivamente com a visão “atrasada” e “bárbara” dada à região desde o século XVIII. Combater essas imagens e aspirar ao progresso e ao desenvolvimento do

Estado, através de seu pertencimento à nação brasileira, constituíam-se como as principais funções da elite intelectual mato-grossense, em especial os intelectuais ligados ao Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e ao Centro Mato-Grossense de Letras (CML). Neste contexto, os planos de Getúlio Vargas com a Marcha para Oeste coadunavam-se com a ideia de desmistificar o mito selvagem do lugar, especialmente no tocante às propostas dos intelectuais vinculados ao IHMT. Neste sentido, a integração de Mato Grosso ao Estado Nacional, por meio da Marcha para Oeste, representava a concretização desses esforços.

Conforme asseverou Osvaldo Zorzato (1998), a Marcha para Oeste em Mato Grosso se caracterizou por duas vias: primeiramente a expansão econômica da região, sobretudo com a criação das Colônias Agrícolas Nacionais; seguidamente o discurso de pertencimento nacional, expresso nas estruturas de poder do Estado Novo. Neste trabalho, nossa proposta é observar, de maneira pontual, se a concepção de Marcha para Oeste promovida pelo Estado Novo respondeu aos anseios da elite intelectual mato-grossense, analisando como o discurso desenvolvimentista e integrador desse movimento fortaleceu a ideologia modernizadora no estado, proposta e defendida pelos membros do IHMT.

De acordo com Carlos Amarilha, o Instituto Histórico de Mato Grosso, fundado em 8 de abril de 1919, em razão das comemorações do bicentenário da fundação de Cuiabá, constituiu-se em um órgão de reelaboração identitária mato-grossense, com o objetivo de redefinir uma nova identidade regional, até então estigmatizada. Para ele, “os sócios do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) preocupavam-se em registrar e

descrever episódios, lugares e personagens considerados importantes no cenário político estadual, para engrandecer a terra mato-grossense” (AMARILHA, 2006, p.33). Segundo Amarilha, o IHMT, desde a sua fundação, serviu “como um órgão respeitável dentro da elite mato-grossense e de influência nas administrações públicas” (2006, p.37), responsável, então, por elaborar uma identidade coesa, destacando Mato Grosso no cenário nacional.

Para a historiadora Lylia Galetti, outra expressão significativa deste desejo de unificação e formação identitária, foi a fundação do Centro Mato-Grossense de Letras (CML), em 7 de setembro de 1921. “Reunindo grande parte do mesmo grupo de intelectuais que havia fundado o IHMT, o principal objetivo do CML era promover e incentivar a cultura literária no Estado de Mato Grosso” (GALETTI, 2000, p.312). Conforme observou Carlos Amarilha, o Centro Mato-Grossense de Letras (CML), posteriormente Academia Mato-Grossense de Letras (AML), “tinha como missão criar uma literatura regional que divulgasse a beleza natural de Mato Grosso e a sua história de conquistas épicas e de brasilidade”. Para isso, “mobilizou parte da elite intelectual da capital de Mato Grosso para difundir e viabilizar uma literatura mato-grossense e edificar a terra natal (Cuiabá) como sendo diferente das outras capitais brasileiras” (AMARILHA, 2006, p.38).

De acordo com as informações de Lylia Galetti, entre os anos de 1918-1922, houve inúmeras manifestações culturais que exaltavam o território mato-grossense, assim como sua população, iniciativa que tentava afastar o “estigma da barbárie”². Os principais esforços,

nesse sentido, deram-se pela fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso (1919) e o Centro Mato-Grossense de Letras (1921), ambos voltados à preservação da memória e incentivo às tradições culturais e literárias da região (GALETTI, 2000, p.273). Diante desse quadro, a pesquisadora afirmou que os esforços de tornar Mato Grosso conhecido no âmbito nacional, “a fim de sintonizá-lo com o mundo civilizado” (2000, p.258), assumiu grande relevância, tornando-se uma constante na prática e nos discursos de intelectuais e dirigentes mato-grossenses. Sendo assim, o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-Grossense de Letras expressavam aspectos da história local, salientando, por meio de jornais, livros e revistas a importância da região na composição da história nacional, garantindo, desta maneira, a construção de uma memória histórica regional que assegurasse o poder de mando à capital Cuiabá. Nesta perspectiva, as reflexões de Carlos Amarilha são elucidativas:

[...] a implantação do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHMT) e do Centro Mato-Grossense de Letras (CML), depois Academia Mato-Grossense de Letras (AML) permitiu, para os sócios dessas entidades, divulgar e publicar uma imagem nortista pelos anos subsequentes, sempre construindo uma literatura e uma história dos que desejavam ser vistos, privilegiando Cuiabá como cidade-mãe de Mato Grosso. (AMARILHA, 2006, p.49)

Concomitante a isso, os grupos políticos sediados na porção sul do Estado, particularmente em Campo Grande, rejeitaram a visão de Cuiabá como “cidade mãe dos mato-grossenses”, especialmente após os anos 30 do século XX. Segundo as pesquisas de Carlos

² Este conceito foi proposto pela historiadora Lylia Galetti para definir as visões pejorativas dadas a Mato Grosso desde o século XVIII,

forjando estereótipos negativos à região. Cf. Galetti (2000).

Amarilha, “determinados políticos, fazendeiros e intelectuais campo-grandenses (incluindo os estudantes universitários que estudavam em grandes centros) criaram uma certa ‘rejeição à dominação cuiabana’” (AMARILHA, 2006, p.52). Para Lylia Galetti houve, inclusive, “indícios muito fortes de que as elites sulistas exploraram a seu favor alguns dos componentes-chaves da identidade estigmatizada” (GALETTI, 2000, p.266). De acordo com a pesquisadora, desde o século XVIII criaram-se imagens negativas do território mato-grossense. Ao analisar relatos de viajantes, a autora observou as concepções pejorativas dadas à região, sinônimo de lugar atrasado e incivilizado. Diante disso, as elites (norte e sul), representadas pelos intelectuais, promoveram investimentos significativos e organizados no sentido de fortalecer uma nova identidade local, cujos traços teriam origem no passado, identificáveis no presente, assegurados pelo progresso no futuro.

Além do poder público, encabeçado pelos intelectuais, os periódicos locais também investiram em tentativas de se extinguir o “estigma da barbárie” que a região carregava perante as outras regiões brasileiras. Assim como intelectuais vinculados ao IHMT e ao CML, a imprensa buscou pôr fim ao estereótipo negativo que o estado carregava (ANDRADE, 2011), conforme se observa na publicação a seguir:

A recuperação do oeste brasileiro

O Chefe do Governo, falando ao país, sintetizou numa fórmula expressiva os rumos da verdadeira política nacional em relação a esse palpitante problema. Indo ao encontro das mais caras aspirações nacionais, proclamou a necessidade da “marcha para o oeste”, reconhecendo assim o valor dos empreendimentos anteriores. Os objetivos das novas bandeiras não se

reduzem, porém, aos simples capítulos dos desbravamentos de inspiração heroica, realizados à custa de ingentes sacrifícios e tão somente compensados por ensaios literários de fidelidade assaz precária. O rumo, há pouco aponta aos líderes da nacionalidade, abriu novas perspectivas ao problema da incorporação efetiva ao nosso patrimônio espiritual e econômico de todas as opulentas reservas do oeste brasileiro. Para que a ação civilizadora do homem se firme e frutifique permanentemente nessa região, urge que as energias vivas da nação se conjuguem numa política de sábia ocupação, estabelecendo eficientes ligações vinculadoras da alma de todos os quadrantes do Brasil e tudo submetendo ao império de nossa atividade. (*Jornal do Comércio*, 13/02/1942)

Enquanto os ideólogos do Estado Novo pretendiam construir um novo Brasil, representando o oeste como o novo Eldorado – anteriormente desbravado pelos bandeirantes, os intelectuais em Mato Grosso estruturavam seu discurso na ideia de progresso e modernidade, rumo à civilização. Se, por um lado, Mato Grosso representava a mais pura identidade nacional, reduto do verdadeiro homem brasileiro, por outro, continuava a carregar o estigma do atraso econômico. Neste cenário, a convergência de interesses nacionais e locais tornou-se o escopo da política de integração nacional em Mato Grosso, uma vez que avançar para o sertão realimentava a ideia da existência de um lugar a ser civilizado e melhor aproveitado economicamente, em consonância aos anseios da elite mato-grossense.

Apesar disso, o movimento da Marcha para Oeste não resolveu os problemas de desenvolvimento econômico em Mato Grosso. Ainda que a criação das Colônias Agrícolas Nacionais tenha incentivado o

povoamento, restringiu-se a locais específicos, como, por exemplo, o sul do antigo estado. Além disso, o fim do Estado Novo, em 1945, encerrou oficialmente o programa.

Talvez as interpretações de Otávio Velho (1976) sobre a Marcha para Oeste explique melhor o “fracasso” do projeto em Mato Grosso, ao afirmar que desde o início o programa foi desenvolvido como forma de evitar a reforma estrutural do coronelismo nas áreas rurais brasileiras, não lhe parecendo que o presidente Getúlio Vargas o imaginasse como um movimento de massa que ocuparia e desenvolveria metade do país em curto período de tempo. Nesta perspectiva, o programa de governo estaria reduzido muito mais a um discurso que propriamente a uma política sistemática de ocupação, pois os recursos que o Estado brasileiro possuía à época eram escassos. Dessa forma, a Marcha para Oeste teve um caráter muito mais simbólico, na medida em que o Estado Novo se apropriou do seu discurso para promover novas visões sobre o Brasil. Assim sendo, é possível concluir que os interesses da elite intelectual mato-grossense em romper com o estigma da barbárie não foram atendidos de fato, pois as ações imaginadas inicialmente não resultaram na integração do estado no cenário nacional, ainda que os discursos sobre a região tenham renovado os proselitismos, na busca de uma identidade alinhada aos interesses da elite política local.

Fontes

Jornal do Comércio, Campo Grande: Editora Jornal do Comércio. 1942. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul

Referências

AMARILHA, Carlos Magno M. **Os intelectuais e o poder**: história, divisionismo e identidade em

Mato Grosso do Sul. 2006. 252 f. Dissertação (Mestrado em História) – FCH/UFMG, Dourados, 2006.

ANDRADE, Fernanda C. de. **Propaganda política e trabalhismo na imprensa campo-grandense durante o governo Vargas (1930-1943)**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) – FCH/UFMG, Dourados, 2011.

CASSIANO, Luiz de Carvalho. **Marcha para Oeste: um itinerário para o Estado Novo (1937-1945)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) UnB, Brasília, 2002.

GALETTI, Lylia S. G. **Nos confins da civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso**. 2000. 358 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

GALVÃO, Maria Eduarda C. G. A Marcha para o Oeste na Experiência da Expedição Roncador-Xingu. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo, julho 2011. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Política & Sociedade**, nº12, p. 13-21, abril de 2008.

SCHWAB, Mariana de Castro. Nacionalismo, políticas sociais e Marcha para o Oeste nos artigos de Paulo de Figueiredo durante o Estado Novo (1937-1945). In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. Fortaleza, 2009. **Anais...** Fortaleza: UFCE, 2009.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1976.

VELLOSO, Mônica P. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (Orgs). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 71-108.

ZORZATO, Osvaldo. **Conciliação e identidade: Considerações sobre a Historiografia de Mato Grosso (1904-1983)**. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH/USP, São Paulo.

Recebido em 2015-01-29
Publicado em 2015-05-10